

ATA N.º 01/2015 – Reunião de 26 de Fevereiro de 2015

- 1 -----**SESSÃO ORDINÁRIA** -----
2 -----**REUNIÃO DO DIA 26 DE FEVEREIRO DE 2015** -----
3 -----**ATA NÚMERO UM / DOIS MIL E QUINZE** -----
4 -----**COMPOSIÇÃO DA MESA:** -----
5 - **Presidente** – João Carlos Barreiras Duarte; -----
6 - **Primeiro Secretário** – Paulo Jorge Carvalho Cecílio Patrício; -----
7 - **Segundo Secretário** – Rui Leonel Abrantes Ferreira da Cunha. -----
8 -----**PRESENCAS:** Estiveram presentes os senhores: -----
9 - João Carlos Barreiras Duarte; -----
10 - Ricardo Manuel Silva Fernandes; -----
11 - José Alexandre Fonseca; -----
12 - José Victor Ribeiro Silva; -----
13 - Samuel Carvalho Gomes Monteiro Silva; -----
14 - Dennis Pereira Gamelas; -----
15 - Vitória Maria Cardoso Pereira; -----
16 - Joaquim Marcos Rodrigues Henriques; -----
17 - Maria Helena Rebelo Santos; -----
18 - António Fernando Lopes; -----
19 - Francisco Henriques Ferreira; -----
20 - Luis Francisco Campos Silva; -----
21 - Rui Leonel Abrantes Ferreira da Cunha; -----
22 - Maria Fernanda Faria Abreu Silva Mateus; -----
23 - Mário Rui Nascimento Nunes; -----
24 - Paulo Jorge Carvalho Cecílio Patrício; -----
25 - Maria de Fátima Figueiredo Viola; -----
26 - José Henrique Silva Santos; -----
27 - Bruno Miguel Poseiro Sebastião; -----
28 - Vanda Ferreira Nunes Laura; -----
29 - José Alberto Simões Rocha; -----
30 - Presidente da União das Freguesias do Bombarral e Vale Covo António Feliciano
31 Júnior; -----
32 - Presidente da Junta de Freguesia do Carvalhal João Manuel Gomes Mendonça; --
33 - Presidente da Junta de Freguesia da Roliça Joana Isabel Henriques Caetano; ----
34 - Presidente da Junta de Freguesia do Pó Nuno Diogo Fernandes Bernardino; -----
35 -----**OUTRAS PRESENCAS:** Estiveram igualmente presentes os senhores: --
36 - O senhor Presidente da Câmara José Manuel Gonçalves Vieira; -----
37 - O senhor vice-presidente Nuno Manuel Mota Silva; -----
38 - A senhora vereadora Maria Norberta da Ponte Ferreira Santos; -----
39 - O senhor vereador Luis Alberto Camilo Duarte; -----
40 - O senhor vereador António Joaquim Correia Fialho Marcelino; -----
41 - A senhora vereadora Maria de Los Angeles Vinuesa Peña de Oliveira; -----
42 - A senhora vereadora Rosa Maria Bastos Gonçalves Guerra; -----
43 - Assistente Técnico Nuno Fernando Carreira Taborda Ferreira. -----

ATA N.º 01/2015 – Reunião de 26 de Fevereiro de 2015

44 - Chefe da divisão do potencial humano e administração geral Paulo António Pardal
45 Dias Jorge;-----
46 - Responsável pela Unidade Orgânica de Gestão Financeira João Filipe Batista
47 Cordeiro;- -----
48 -----Pelos 21:25 horas o senhor Presidente da Assembleia Municipal, declarou
49 a sessão aberta. -----
50 -----**PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA:**-----
51 -----ATA 06/2014: Depois de lida e achada conforme foi deliberado por
52 maioria com vinte e um votos a favor e quatro abstenções aprovar a ata n.º 06/2014,
53 da reunião de 27 de Novembro de 2014. -----
54 -----EXPEDIENTE: O senhor Presidente da Mesa da Assembleia leu o
55 expediente entrado na secretaria da Assembleia Municipal desde a última sessão
56 ordinária. -----
57 -----A senhora D. Helena Santos (PS) leu o seguinte documento:
58 “considerando o direito à informação, previsto no artigo 4.º do Estatuto do Direito à
59 Oposição, Lei n.º 24/98, de 26 de Maio, no qual, os titulares do direito de oposição
60 têm o direito de ser informados regular e directamente pelos correspondentes
61 órgãos executivos sobre o andamento dos principais assuntos de interesse público
62 relacionados com a sua actividade; considerando que em conformidade com o
63 disposto no artigo 10.º do referido Estatuto, terão de ser elaborados até ao final do
64 mês de Março de cada ano, objecto de discussão pública, divulgados e publicados,
65 relatórios de avaliação do grau de observância do respeito pelos direitos e garantias
66 constantes da presente lei; considerando que, reiteradamente, a Câmara Municipal
67 não cumpre as solicitações da oposição no respeitante a informações solicitadas
68 sobre o desenvolvimento da actividade municipal, a título de exemplo, referem-se as
69 modificações orçamentais de 2014, cuja entrega ocorreu meses após a sua
70 realização; considerando que ao abrigo do regime jurídico das autarquias locais, em
71 conformidade com o disposto no número 2 do artigo 35.º, compete à Assembleia
72 Municipal: acompanhar e fiscalizar a actividade da Câmara Municipal, a fim de que
73 os titulares do direito de oposição tenham conhecimento sobre o andamento e
74 desenvolvimento dos assuntos da mesma; solicitar e receber informação, através da
75 mesa e a pedido de qualquer membro, sobre assuntos de interesse para o Município
76 e sobre a execução de deliberações anteriores; apreciar a recusa da prestação de
77 quaisquer informações ou recusa de entrega de documentos por parte da Câmara
78 Municipal ou de qualquer dos seus membros que obstem à realização de acções de
79 acompanhamento e fiscalização. A bancada do PS solicita que esta Assembleia
80 Municipal, face aos sucessivos incumprimentos da Câmara Municipal diligencie
81 junto desta, no prazo de 10 dias, a entrega dos documentos seguintes e
82 acompanhados duma informação explicativa pelo responsável da contabilidade: 1.º
83 cópia das modificações orçamentais em falta; 2.º comprovativos informáticos da
84 cativação anual obrigatória de 2015 (cabimento), discriminado por mês bem como o
85 agendamento mensal do correspondente compromisso das seguintes despesas
86 certas e permanentes: remunerações e encargos com remunerações (segurança

ATA N.º 01/2015 – Reunião de 26 de Fevereiro de 2015

87 social, CGA, seguros, ADSE, outros); empréstimos bancários respectivos juros;
88 comissões bancárias; encargos de cobrança de receita; IVA a pagar; seguros;
89 prestações de serviços discriminadas para funcionamento normal dos serviços;
90 fundos de maneo; correios, telefones, telemóveis e outras comunicações;
91 protocolos com bombeiros, Juntas de Freguesia, OesteCIM, combustíveis da frota
92 automóvel; gás para piscina; luz de edifícios; iluminação pública; Securitas;
93 transportes escolares; refeições escolares; Águas do Oeste (água e saneamento);
94 Valorsul (recolha de resíduos sólidos). Acrescem a estas despesas certas todos os
95 planos e acordos de pagamento bem como outros cabimentos e compromissos de
96 despesas de carácter diferente das mencionadas. 3.º A previsão de receita anual de
97 2015, identificada por mês, com base na média aritmética da receita cobrada dos
98 dois últimos anos; 4.º Elaboração dum mapa resumo, onde conste por mês e até ao
99 final de 2015, a despesa cativada e receita estimada, conforme pedido 1 e 2, sendo
100 apurado, pelo seu diferencial, os montantes libertos para cumprimento das
101 indemnizações a pagar no âmbito da decisão do Tribunal, no referente à opção
102 gestonária.”-----

103 -----MOÇÃO: O grupo municipal da CDU apresentou a seguinte moção:
104 “Considerando que:-----

105 1. A C.R.P. – Constituição da República Portuguesa prevê que o “Estado é unitário e
106 respeita na sua organização e funcionamento o regime autonómico insular e os
107 princípios de subsidiariedade, da autonomia das autarquias locais e da
108 descentralização democrática da administração pública” (artigo 6.º, n.º 1).-----

109 2. A descentralização de poderes efectua-se mediante a transferência de atribuições
110 e competências para as autarquias locais, tendo por finalidade assegurar o reforço
111 de coesão nacional e da solidariedade inter-regional e promover a eficiência e
112 eficácia da gestão pública assegurando os direitos das populações.-----

113 3. A descentralização administrativa deve assegurar o princípio da subsidiariedade
114 devendo as atribuições e competências ser exercidas pelo nível de administração
115 melhor colocado para prosseguir com racionalidade, eficácia e proximidade aos
116 cidadãos. -----

117 4. A transferência de competências deve ser acompanhada dos meios humanos,
118 recursos financeiros e do património adequados ao desempenho das funções
119 transferidas, e não assumida, como a prática tem demonstrado, num processo de
120 redução de investimento público e transferência de ónus e insatisfação para o poder
121 local. -----

122 5. O Decreto-lei sobre descentralização de competências aprovado em Conselho de
123 Ministros em 15 de Janeiro de 2015, constitui-se no seu objectivo e fins, num
124 processo de delegação de competências a concretizar através de contratos
125 interadministrativos a celebrar com as autarquias que aderirem em áreas de grande
126 complexidade (educação, saúde, segurança social e cultura), não separado da
127 estratégia de destruição de políticas públicas e funções sociais do Estado que os
128 governos há muito prosseguem. -----

ATA N.º 01/2015 – Reunião de 26 de Fevereiro de 2015

- 129 6. A solução que, nesta matéria, possa vir a ser encontrada, deverá passar por uma
130 verdadeira descentralização de competências, onde o poder local democrático se
131 assuma como titular de atribuições e competências próprias, com os inerentes
132 poderes de direcção e conformação em sede de legitimidade e mérito, em matérias
133 que faça sentido à luz do princípio da complementaridade e que não ponha em
134 causa a universalidade das funções sociais do Estado.-----
- 135 7. O governo, ao invés, vem preconizar um modelo assente numa delegação de
136 competências onde os próprios elementos da negociação e contratualização
137 parecem encontrar-se reduzidos a pouco mais que uma possibilidade,
138 manifestamente incompatível com a dimensão autonómica do poder local
139 democrático, de adesão dos Municípios a condições e objectivos pré-definidos. -----
- 140 8. A solução preconizada é incompatível com a autonomia do poder local, sendo
141 mais um passo na sua subordinação a interesses e políticas que lhe são estranhas.
- 142 9. Mais do que novas competências, o que o poder local exige e necessita é de ver
143 preenchidas as condições (financeiras, de autonomia e de política de pessoal) para
144 o pleno exercício das competências que hoje fazem parte do acervo das
145 responsabilidades das autarquias.-----
- 146 10. Não estão manifestamente reunidas as condições mínimas para um diálogo
147 sério entre a administração central e a administração local dado o percurso de
148 ataque, arbitrariedades e sonegação de meios que tem sido imposta às autarquias
149 locais, para lá da comprovada má-fé com que tem conduzido os processos de
150 transferência de competências em áreas como a educação, a protecção civil ou a
151 rede de serviços públicos.-----
- 152 11. O processo de delegação de competências anterior abriu espaço e justificou em
153 muitas situações a privatização de funções educativas, restringiu o carácter
154 universal e gratuito do sistema de ensino, afectou a dignidade da carreira docente,
155 constituiu um adicional factor de novos encargos para as autarquias que se
156 dispuseram a dar o passo da contratualização. -----
- 157 A Assembleia Municipal do Bombarral, reunida no dia 26.02.2015, delibera
158 manifestar: -----
- 159 - O seu desacordo expresso face ao regime jurídico de delegação de competências
160 para os Municípios nas áreas sociais aprovado no Conselho de Ministros de 15 de
161 Janeiro de 2015;-----
- 162 - O seu repúdio face ao tratamento dispensado pelo governo, ao longo de todo este
163 processo legislativo, à ANMP e, conseqüentemente, aos Municípios portugueses e
164 ao poder local democrático. -----
- 165 - Apelar ao Congresso da ANMP, a realizar em 27 e 28 de Março próximo, no
166 diálogo institucional que lhe cumpre prosseguir, rejeite liminarmente esta proposta
167 de contratos interadministrativos de delegação de competências e manifeste a
168 disponibilidade para aprofundar a discussão duma verdadeira descentralização de
169 competências conforme a C.R.P. prevê. -----
- 170 Enviar a moção para: Associação Nacional dos Municípios Portugueses, grupos
171 parlamentares da Assembleia da República e Primeiro-ministro.”-----

ATA N.º 01/2015 – Reunião de 26 de Fevereiro de 2015

172 -----O senhor Francisco Ferreira (CDU) declarou o seguinte: “Consideramos
173 pertinente apreciar aqui mais alguns aspectos sobre o processo da
174 municipalização/descentralização da educação, saúde, segurança social e cultura.
175 São conhecidas as dificuldades financeiras dos municípios que resultam do garrote
176 orçamental imposto pelos sucessivos governos do PS e do PSD/CDS, tal como é
177 conhecido o contexto económico desfavorável em que se inserem os municípios,
178 resultando daí uma redução drástica das receitas próprias. São igualmente
179 conhecidas as imposições deste governo às autarquias, numa manifesta intromissão
180 na sua autonomia, no que toca à redução da sua estrutura orgânica e de recursos
181 humanos. Tendo em conta estas dificuldades e a complexidade que envolve a
182 gestão do ensino e das escolas em todas as suas vertentes, não é difícil antecipar a
183 contratualização/privatização das escolas por parte do município. Porque isso foi o
184 que aconteceu com questões bem mais pequenas e simples, como por exemplo as
185 Actividades de Enriquecimento Curricular (AEC), os refeitórios e as refeições das
186 crianças do 1º Ciclo do Ensino Básico. O financiamento actualmente transferido pelo
187 ME para o Município de Bombarral no âmbito da transferência de competências já
188 existente é claramente insuficiente, e tem sido a Câmara a suportar o encargo,
189 agravando ainda mais a sua situação financeira. Se actualmente esta diferença
190 entre os recursos transferidos e os custos reais suportados por estes para suprir as
191 necessidades decorrentes destas competências adquiridas são abismais; como é
192 que se pode pensar que o montante a financiar pelo poder central para uma
193 completa gestão escolar previsto neste contrato, vai ser suficiente, ainda mais tendo
194 em conta que de ano para ano se têm vindo a realizar sucessivos cortes
195 orçamentais na Educação? Outro aspecto a considerar prende-se com a invocação
196 da autonomia e da descentralização que, contudo é contrária aos objectivos
197 estratégicos do projeto piloto. Vejamos: É definida a universalidade e a
198 democraticidade do ensino, mas passam a existir “escolas a várias velocidades,”
199 num verdadeiro parcelamento territorial do que deveria ser geral. E isto, tanto se
200 pode passar, dentro do Concelho, como entre concelhos, designadamente os
201 circundantes. Promovendo assim o princípio da desigualdade. É estabelecido o não
202 aumento da despesa pública global, quando se sabe que as escolas têm, ou terão a
203 curto prazo, um défice de trabalhadores nos vários níveis de ensino; ao mesmo
204 tempo que se abre campo a uma gestão curricular ditada por critérios e concepções
205 aleatórias com reflexos no que deve constituir matéria coerente e geral; O exercício
206 de competências pelas Autarquias Locais, na área da educação, deve desenvolver-
207 se na observância do princípio da responsabilidades do Estado, no quadro de um
208 sistema educativo nacional, concebido e organizado como um elemento da unidade
209 do Estado. O governo PSD/CDS quer fazer da educação assim como de outras
210 áreas essenciais às funções do estado, tal como a saúde, um grande negócio e o
211 processo de municipalização é apenas um dos instrumentos para atingir esse
212 objectivo. A degradação da qualidade da Escola Pública em consequência de
213 incontáveis medidas do governo, tem como objectivo a criação de condições para
214 uma mais fácil aceitação da sua municipalização e privatização. No caso da saúde,

ATA N.º 01/2015 – Reunião de 26 de Fevereiro de 2015

215 a gestão de espaços e definição de períodos de funcionamento do centro de saúde,
216 “ no cumprimento das obrigações e limites legalmente estabelecidos”; a gestão do
217 transporte de doentes e de serviços domiciliários; a avaliação de desempenho de
218 parte do pessoal e a gestão das infraestruturas, são presentes envenenados, que
219 passam para as autarquias o grosso dos custos de funcionamento e o odioso da
220 falta de serviços aos utentes. Portanto, competências sem as devidas transferências
221 de verbas e ainda acrescido do “ reбуçado” de se poder arrecadar parte das
222 poupanças de gestão, é mais uma vez, o caminho para um mau serviço público.
223 Aqui mais uma vez, fica também a porta aberta para a privatização da saúde,
224 através dos protocolos com as empresas privadas de saúde. Tal como na educação
225 teríamos também serviços de saúde, de 1ª, 2ª ou 3ª consoante os meios municipais,
226 em completo desrespeito com a CRP.”-----
227 -----INTERRUPÇÃO DA REUNIÃO: Pelas 21:52 horas, a pedido do grupo
228 municipal do PS foram os trabalhos interrompidos por 5 minutos, reatando-se a
229 reunião pelas 22:03 horas.-----
230 -----O senhor Samuel Carvalho (CDU) informou que o PS subscreveu a
231 moção. --- -----
232 -----Foi deliberado maioria com 10 votos a favor (7 do PS e 3 da CDU) e 15
233 abstenções (12 do PSD e 3 do CDS) aprovar a moção supra transcrita. -----
234 -----O senhor Ricardo Fernandes (PS) disse fazer um balanço positivo da
235 nova localização da feira mensal que poderá ter algumas rectificações a fazer mas
236 que permite uma maior circulação das pessoas. Lembrou que tinha convidado os
237 presentes, que brilharam pela ausência, para um evento sobre a circulação na vila.
238 Só a reabertura ao trânsito nos dois sentidos na Praça do Municipio e na Rua do
239 Comércio pode reanimar a vila.-----
240 -----MOÇÃO: O senhor José Henrique Santos (CDU) leu a seguinte moção do
241 grupo municipal da CDU: “Solidariedade com a situação e a luta dos trabalhadores
242 da autarquia, das empresas Pombo & Ferreira e CIPROL / CIBLOO: O país
243 apresenta, em resultado de 38 anos de política de direita e de 28 anos de integração
244 capitalista na União Europeia, as marcas de um percurso que, ao serviço da
245 reconstituição dos grupos monopolistas e do reforço do seu poder, o conduziu para
246 o declínio económico, para um retrocesso social sem precedentes desde o fascismo
247 e para a alienação de importantes parcelas da soberania nacional. A política de
248 exploração que, invocando a crise, PS, PSD e CDS-PP promoveram por via dos
249 PEC e do pacto de agressão, e sob alçada da União Europeia e do FMI, criou um
250 ambiente de impunidade junto de algum patronato e lançou o país no maior período
251 de recessão e estagnação económica das últimas décadas, liquidou ou negou
252 direitos constitucionalmente consagrados, privou centenas de milhares de
253 portugueses de concretizarem no seu país o futuro a que têm direito, comprometeu
254 e atrofiou o aparelho produtivo, destruiu capacidade produtiva na indústria, na
255 agricultura e nas pescas, alienou sectores estratégicos essenciais ao
256 desenvolvimento, promoveu a reconfiguração do estado ao serviço do capital
257 monopolista, alimentou a degradação da vida política e a multiplicação de casos de

ATA N.º 01/2015 – Reunião de 26 de Fevereiro de 2015

258 corrupção. Uma política que, em aberto confronto com a Constituição da República,
259 violou direitos, liberdades e garantias, pôs em causa o normal funcionamento das
260 instituições. O concelho do Bombarral foi gravemente atingido por esta política,
261 como se pode confirmar pela degradação dos serviços públicos, saúde, educação e
262 transportes, pela situação em que se encontra o seu tecido produtivo: a agricultura,
263 a indústria e o pequeno comércio que, ou vive em sérias dificuldades ou corre o
264 risco de definhar. Para agravar ainda mais a situação, algum patronato aproveita o
265 momento difícil em que o país está mergulhado para aumentar a exploração sobre
266 os trabalhadores. É nesta situação que se encontram muitos trabalhadores do
267 concelho, na Pombo & Ferreira com subsídios em atraso, o trabalho extraordinário
268 não pago e outras remunerações, mas também com perseguições e tentativas de
269 despedimento a dirigentes e activistas sindicais, os trabalhadores da autarquia
270 (CEI), obrigados a trabalhar com baixos salários e sem direitos e os trabalhadores
271 da empresa CIPROL/CIBLOCO onde se verifica os salários em atraso, subsídios por
272 pagar e falta de condições de trabalho. Assim sendo e conhecendo a situação de
273 extrema exploração em que se encontram estes trabalhadores, os eleitos da CDU –
274 Coligação Democrática Unitária apresentam para deliberação da Assembleia
275 Municipal do Bombarral reunida a 26 de Fevereiro de 2015, esta moção de
276 solidariedade com os trabalhadores e as seguintes recomendações ao Governo,
277 grupos parlamentares e Presidente da República: -----
278 - Solidarizar-se com a situação e a luta dos trabalhadores em defesa dos seus
279 postos de trabalho, dos salários, direitos e pela melhoria das condições de trabalho;
280 - Recomendar ao governo a urgência de romper com a política de direita e fazer
281 emergir uma alternativa política, que defenda os interesses dos trabalhadores, do
282 povo e do país, imperativo que corresponde a uma legítima aspiração dos
283 trabalhadores e do povo; -----
284 - Necessidade de implementar uma política baseada na renegociação da dívida, dos
285 seus montantes, juros e prazos. Na promoção e valorização da produção nacional e
286 na criação de emprego; recuperação para o controlo público de sectores e
287 empresas estratégicas, designadamente do sector financeiro. Na valorização dos
288 salários, pensões e rendimentos dos trabalhadores e do povo; na defesa dos
289 serviços públicos e das funções sociais do Estado, designadamente dos direitos á
290 educação, à saúde e á protecção social; num apolítica fiscal que desagrave a carga
291 sobre os rendimentos dos trabalhadores e das micro, pequenas e médias empresas
292 e tribute fortemente os rendimentos e o património doo grande capital os lucros e a
293 especulação financeira; na rejeição da submissão às imposições do euro e da União
294 Europeia, recuperando para o país a sua soberania, económica, orçamental e
295 monetária. -----
296 Enviar a moção para: grupos parlamentares da Assembleia da República, primeiro-
297 ministro, Presidente da República.”-----
298 -----O senhor Luis Campos (PSD) considerou que esta moção não tem ponta
299 por onde se lhe pegue mas tem que mostrar o seu desagrado pois vivem num país
300 democrático. Se calhar os proponentes desta moção deviam morar na China ou na

ATA N.º 01/2015 – Reunião de 26 de Fevereiro de 2015

301 Coreia do Norte onde os trabalhadores são bem remunerados e têm todos os
302 direitos. Os comunistas governam bem e são muito ricos. Disseram-se algumas
303 inverdades sobre algumas empresas porque não sabem o esforço que as mesmas
304 fazem para honrar os seus compromissos. Há que ter cuidado quando se dizem
305 algumas coisas se não conhecem a realidade.-----
306 -----O senhor Ricardo Fernandes (PS) disse não se reverem nos
307 considerando mas estão solidários com os trabalhadores. -----
308 -----Foi deliberado por maioria reprovam a moção supra transcrita com 4 votos
309 de aprovação (3 da CDU e 1 do PS), 6 abstenções (6 do PS) e 15 votos de
310 reprovação (12 do PSD e 3 do CDS).-----
311 -----O senhor José Rocha (PS) apresentou o seguinte voto de protesto: “A
312 aquisição da central asfáltica foi anterior a 21 de Outubro de 2013 sendo que hoje
313 26 de Fevereiro de 2015 decorreram mais de 2 anos e a central continua envolta
314 num mistério! Reiteradamente nas reuniões da Assembleia Municipal e nas reuniões
315 da Câmara Municipal é questionado quando vai esta aparecer fisicamente, ser
316 mostrada aos olhos dos Bombarralenses e assistirmos à execução das primeiras
317 massas asfálticas, que bem falta faz para "ocultar" os buracos existentes! Constitui
318 competência da Assembleia Municipal fiscalizar os actos do Executivo,
319 principalmente quando estão em causa os que envolvam o recurso ao uso de meios
320 financeiros e à transparência, que se exige, presida à assunção do gasto dos
321 dinheiros públicos. Na Assembleia Municipal de 25 de Setembro 2014, esta
322 Assembleia requereu a entrega da fatura discriminativa referente à aquisição da
323 central de massas asfálticas, o método que levou à determinação do seu preço, os
324 *layout*'s de montagem da central (estruturas de suporte e do próprio equipamento),
325 a indicação do pessoal que vai ficar afeto à sua laboração e à sua formação. Como
326 no prazo de 10 dias, que é o determinado na legislação, o Executivo manteve o
327 sigilo acerca dos critérios e dos justificativos da despesa na central asfáltica, na
328 Assembleia Municipal subsequente, a 27 de Novembro de 2014, reiterei o pedido
329 aos Sr. Presidente da Câmara Municipal do Bombarral, Sr. José Manuel Vieira e
330 instei o Sr. Presidente desta Assembleia Municipal Sr. João Carlos Barreiras Duarte
331 a exigir o cumprimento da lei: o mesmo é dizer, que exija ao Sr. Presidente da
332 Câmara Municipal a entrega de cópia da fatura discriminativa da central asfáltica, o
333 método que presidiu à avaliação justa e imparcial do equipamento, o *layout* deste, e
334 quais as necessidades de pessoal e de formação, para operar a central. A manter-
335 se o atual comportamento de não apresentar os critérios que estiveram na origem
336 da decisão de gastar dinheiro público na central asfáltica, mantendo esta
337 Assembleia Municipal na ignorância, é legítimo assumir que o Executivo não está
338 agir de boa fé e terá algo a esconder! O Sr. Presidente da Assembleia Municipal
339 João Carlos Barreiras Duarte, ao manter a passividade, não exigindo o requerido a
340 27 de Novembro, está a pactuar! É meu desejo que no prazo de 10 dias úteis os
341 documentos sejam apresentados, caso contrário serão envolvidas outras
342 Instituições alheias e isentas ao poder partidário deste Concelho.”-----

ATA N.º 01/2015 – Reunião de 26 de Fevereiro de 2015

343 -----O senhor Presidente da Assembleia Municipal disse que a mesa solicitou
344 os elementos dentro das normas aplicáveis e já deu instruções para tal ser feito
345 novamente. -----

346 -----O senhor José Victor Silva (PS) disse que terminadas as comemorações
347 do centenário da criação do concelho gostava que viesse à Assembleia Municipal
348 um relatório da comissão que organizou essas comemorações para fazerem a
349 análise e o balanço das actividades realizadas em 2014. Outra questão é que
350 chegou a todas as bancadas um ofício enviado pelo Circulo de Cultura Musical
351 Bombarralense a solicitar um protocolo e até agora a Câmara Municipal ainda não
352 respondeu, o que é lamentável porque é uma associação que merece respeito.
353 Questionou qual o motivo da não resposta ao Circulo de Cultura Musical
354 Bombarralense. -----

355 -----O senhor Luis Campos (PSD) disse que a bancada do PSD não recebeu
356 o mencionado ofício. -----

357 -----O senhor Presidente da Assembleia Municipal disse que o mencionado
358 ofício foi reencaminhado por email para os líderes de bancada. -----

359 -----O senhor Rui Cunha (CDS) disse também não ter recebido o mencionado
360 ofício. -----

361 -----O senhor Presidente da Câmara, respondendo ao voto de protesto do
362 senhor José Rocha, disse que aqui não há situações envoltas em mistério. Os
363 documentos solicitados serão apresentados até para que possam aferir do bom
364 negócio da autarquia. Quanto ao ofício do Circulo de Cultura Musical Bombarralense
365 disse que a resposta depende da reactivação da política de subsídios da autarquia
366 como tem sido transmitido ao presidente da colectividade. Disse que as regras para
367 atribuição de apoios estão a ser definidas e a senhora vereadora Norberta Santos
368 pediu a todas as associações as actas de tomada de posse e os planos de
369 actividades e orçamentos para poderem fazer uma melhor análise para poderem ver
370 a possibilidade de colaborar com as mesmas. -----

371 -----O senhor José Rocha (PS) disse não ter por hábito refutar nada mas
372 quando disse que há mistério é porque dois anos depois continua a não aparecer a
373 central de massas asfálticas. Gostava de ver que alguma pessoa externa à
374 autarquia tenha avaliado o equipamento. Sempre houve muitas dúvidas e muito
375 mistério pelo que gostava de ficar esclarecido. -----

376 -----A senhora D. Helena Santos (PS) lembrou que na sessão da Assembleia
377 Municipal de 26 de Novembro de 2010 o PS “...*Lamentou esta situação e disse não*
378 *ter dúvidas que os trabalhadores irão ganhar o processo no tribunal Administrativo.*
379 *Vão gastar dinheiro com advogados e custas judiciais e depois vão perder e ter de*
380 *pagar aos trabalhadores.....Desde que os trabalhadores tenham alguém que faça*
381 *a instrução do processo, vão ganhar. (o PS), ... não tem dúvidas de que a*
382 *deliberação de 30 de Agosto está ferida de nulidade e ao ser declarada nula pelo*
383 *Tribunal Administrativo vai vigorar a deliberação de Outubro de 2009.” Hoje, com a*
384 *decisão do Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria, de 4 de Dezembro, dando*
385 *razão aos trabalhadores, congratulamo-nos com esta vitória dos trabalhadores e de*

ATA N.º 01/2015 – Reunião de 26 de Fevereiro de 2015

386 quem, sempre, como nós, subscreveu a opção gestonária. Depois de 60 meses, 5
387 anos, de pressões, repressões, desgaste, etc., etc., a justiça foi feita, parabéns aos
388 trabalhadores pela coragem e vitória na defesa do que é seu.-----

389 -----O senhor Luis Campos (PSD) disse não concordar com o que foi dito pelo
390 senhor José Rocha porque se o negócio foi bom ou mau não sabe avaliando o
391 equipamento. Isso vê-se pela rentabilidade que vai ter e se as massas vão ficar
392 mais baratas. Quem passar ao estaleiro vê que a central está lá a ser montada. Esta
393 intervenção denota falta de conhecimento do concelho.-----

394 -----**INFORMAÇÃO ESCRITA SOBRE A ACTIVIDADE MUNICIPAL E**
395 **SOBRE A SITUAÇÃO FINANCEIRA DA CÂMARA:** O senhor Presidente da
396 Câmara informou que a dívida global é de € 4.981.150,02, sendo a dívida a
397 fornecedores de € 1.888.369,02 e a dívida a instituições de crédito de €
398 2.493.505,97.-----

399 -----O senhor José Victor (PS) considerou que o senhor Presidente da
400 Câmara tem uma obsessão com a redução da dívida. Essa redução não os
401 surpreende numa Câmara Municipal que não tem qualquer obra ou iniciativa que
402 marque uma autarquia em desenvolvimento. A diminuição do passivo é a
403 consequência lógica numa Câmara Municipal que se limita à gestão corrente do dia
404 a dia. O mais grave é a negligência absoluta das infra-estruturas existentes
405 nomeadamente do estádio e da piscina. A não manutenção dessas infra-estruturas
406 vai deteriorar dois investimentos que custaram ao concelho e que por falta de
407 manutenção poderão inviabilizar a sua utilização. Também lamentou que o senhor
408 Presidente da Câmara não apresente um conjunto de propostas relativamente ao
409 próximo quadro comunitário de apoio, estando preocupado com a carência de
410 propostas. Já vai lendo na imprensa regional que concelhos vizinhos vão apresentar
411 projectos e na última reunião da OesteCIM o Bombarral foi o único concelho que
412 não apresentou propostas. O senhor Presidente da Câmara nos seus dois mandatos
413 tem-se limitado a acabar projectos vindos do mandato anterior e não apresentou
414 qualquer projecto novo. Ainda não têm conhecimento de quais os caminhos para
415 aproveitar ao máximo o quadro comunitário de apoio.-----

416 -----O senhor José Rocha (PS) disse que “Considerando a reunião pública da
417 Câmara Municipal do passado dia 28 de Janeiro do corrente, na qual o Executivo
418 submeteu à aprovação o Relatório Fundamental para revisão do PDM por forma ao
419 uso do solo poder albergar o parque de diversões. O Relatório Fundamental da VI
420 revisão do PDM do Bombarral, descreve exhaustivamente os procedimentos
421 efectuados até ao presente, o Estudo de Impacto Ambiental (EIA) e indica quais os
422 elementos a considerar no Relatório de Conformidade Ambiental do Projecto de
423 Execução (RECAPE) bem como as medidas a serem cumpridas na fase de
424 construção. No decurso da apresentação deste Relatório os Vereadores do PS
425 avisaram o Executivo que é o momento para contratualizar as responsabilidades
426 que cada uma das partes: os Promotores do parque de diversões e a Câmara
427 Municipal do Bombarral terão de assumir com vista à prossecução deste
428 investimento, que todos concordam, ser muito importante para o Bombarral e

ATA N.º 01/2015 – Reunião de 26 de Fevereiro de 2015

429 benéfico para o desenvolvimento enquanto pólo turístico da região. Esta assunção
430 de compromissos deverá ser consensual e transparente a todas as forças políticas
431 que representam os Cidadãos do Bombarral, pelo que o Executivo, ao invés da
432 postura que tem vindo a tomar de decidir à porta fechada e posteriormente persuadir
433 os Membros da coligação PSD/CDS a assumir a responsabilidade e subscreverem
434 os Acordos nos quais não foram ditos nem achados! Estamos perante exigências
435 do RECAPE avultadas, destacando-se as acessibilidades que exigem a construção
436 de vias duplas na EN361 desde a saída da A8 até à Quinta do Falcão, parques de
437 estacionamento, transportes preferencialmente não poluentes para os funcionários
438 do parque de diversões, ciclovias e amplos passeios, uma rede de transporte
439 pública não poluente, instalação de barreiras acústicas, fiscalização durante a
440 construção e planos de monitorização da qualidade ambiental durante a exploração
441 do parque, o que evidencia que serão exigidos importantes contributos financeiros
442 na fase de construção bem como durante todo o período de funcionamento do
443 parque de diversões. Deste modo vem também a bancada do PS na Assembleia
444 Municipal alertar para a necessidade do Executivo iniciar desde já a execução dum
445 Plano Financeiro, o qual deverá prever os custos de cada uma das medidas
446 elencadas no Relatório Fundamental, e congruentemente com a capacidades
447 financeira do Concelho, estabelecer os limites para a (MAPAN) Melhor Alternativa
448 Possível para um Acordo Negociado, dando origem aos critérios implícitos que o
449 Executivo usará para Contratualizar as Responsabilidades parte a parte. Os custos
450 da inexistência de um Plano Financeiro, face às contingências legais impostas pela
451 Lei dos Compromissos, significará tentar imputar aos Promotores do parque de
452 diversões, não só toda a responsabilidade financeira, como as funções de fiscalizar
453 e monitorizar as medidas previstas no RECAPE em casa própria, funções essas
454 que se incluem nas do ordenamento do território, as quais são da exclusiva
455 responsabilidade da Câmara Municipal. Em conclusão: a falta do plano financeiro
456 que considere o investimento exigido à Câmara Municipal, terá como epílogo,
457 condenar a concretização do parque de diversões! O Executivo não poderá eximir-
458 se à sua responsabilidade, porquanto está a ser alertado em tempo útil e porque
459 segundo afirmou no passado, aquando do reforço do Executivo com Vereadores e
460 seus Adjuntos, os serviços Jurídicos, Financeiros e do Potencial Humano,
461 coexistindo ainda um Gabinete de Planeamento Estratégicos e de Investimentos
462 (GPEI) aonde estão afetos 2 técnicos superiores; os custos deste reforço ascendem
463 a mais de 2 milhões de euros no mandato, defendendo que a despesa irá ser
464 compensada pelo aumento da capacidade em gerir a Câmara e nos resultados que
465 se irão constatar!" -----
466 -----O senhor Samuel Carvalho (CDU) deu os parabéns pela intervenção feita
467 no parque infantil da Praça da República. Referiu que o senhor Luis Campos viu a
468 central de massas asfálticas a ser montadas mas ninguém viu a falta de condições
469 para os trabalhadores no estaleiro. Quanto ao mercado municipal disse que
470 esperava ter visto o início das obras mas não viu. Sobre a associação Amigo Fiel
471 perguntou se existe ou não acordo intermunicipal. Referiu ainda que o senhor

ATA N.º 01/2015 – Reunião de 26 de Fevereiro de 2015

472 Presidente da Câmara disse que a dívida está a ser abatida mas não é isso que os
473 resultados demonstram. -----

474 -----O senhor Ricardo Fernandes (PS) considerou haver um deficit de
475 informação aos munícipes na área da saúde. Numa altura critica da actividade
476 gripal, que foi intensa e em que diariamente eram bombardeados com o deficit da
477 assistência médica, neste caso houve um alargamento do horário de funcionamento
478 do centro de saúde. O que o preocupa é que a mensagem não passou e era da
479 responsabilidade da Câmara Municipal. Muitas vezes as pessoas vão para o
480 hospital de Caldas da Rainha onde passam horrores e possivelmente naquela
481 patologia seria fácilimo serem atendidas no nosso centro de saúde. Mais tarde vão
482 fazer-se estudos que demonstram de forma percentual que demonstram que
483 estatisticamente não vai lá ninguém. -----

484 -----O senhor Presidente da Câmara, quanto à fixação na diminuição do
485 passivo, referiu que poderá configurar alguma obsessão mas têm sido impostas
486 regras financeiras que têm criado sucessivos constrangimentos. Vão continuar com
487 a ideia de normalizar as contas para poderem competir de igual modo com os
488 Municípios que têm as contas regularizadas. O futuro é importante mas vêm sempre
489 com algumas ressacas do passado. Quanto ao estádio à piscina municipais disse
490 que nunca deixaram de fazer a manutenção possível nas infra-estruturas. Informou
491 que estão a concluir as linhas estratégicas que nos irão orientar no período 2014 –
492 2020 e a fazer o acompanhamento dos programas que têm saído. Têm estado
493 entrosados com a OesteCIM na estratégia para o próximo quadro comunitário e
494 estão a fazer a candidatura DLBC Rural em conjunto com outros Municípios. Estão
495 a estabelecer parcerias com universidades, com as Aldeias Históricas de Portugal e
496 outras entidades do foro social para algumas candidaturas. Estão dentro dos timings
497 para a apresentação de candidaturas e parcerias. Apesar das dificuldades ainda
498 conseguiram fazer as maiores obras em termos de montantes que alguma vez
499 foram feitas neste Município. Acerca da questão do senhor José Rocha sobre o
500 parque temático informou que tendo a Câmara Municipal entregue o dossiê de
501 alteração ao PDM, no pretérito dia 6 do corrente, que está convocada pela CCDR
502 LVT, a Conferência de Serviços, para o próximo dia 9 de Março, onde todas as
503 entidades intervenientes apresentarão o seu parecer no sentido de concertar todas
504 as partes do processo. Nesta reunião a Câmara Municipal estará presente através
505 de mim e do Sr. Arq. Jorge Jerónimo. Perante esta situação verifica-se que a
506 instrução do processo foi bem feita, daí a marcação da Conferência de Serviços
507 para data tão próxima. Dado que a CCDR LVT está a cumprir com a celeridade que
508 foi acordada, aquando da nossa reunião de 29 de Janeiro em Lisboa, será
509 aconselhável aguardar pelo resultado da Conferência de Serviços e só depois
510 tomarmos qualquer posição. Após conclusão da Conferência de Serviços, seguir-se-
511 á a emissão de um parecer global das entidades envolvidas. A pronúncia da
512 Conferência de Serviços sobre a alteração ao PDM tem um prazo de 22 dias úteis,
513 ficando este prazo suspenso durante os períodos de esclarecimento. Contudo a
514 CCDR LVT já se antecipou a este prazo promovendo a Conferência de Serviços.

ATA N.º 01/2015 – Reunião de 26 de Fevereiro de 2015

515 Com a emissão de parecer favorável será necessária a aprovação de Câmara
516 Municipal em reunião Pública onde será também aprovada a abertura do período de
517 discussão pública. Findo este, o resultado da discussão pública, bem como todo o
518 dossiê volta a reunião de Câmara para ponderação e remessa à Assembleia
519 Municipal. Aprovado em Assembleia Municipal o documento será publicado em
520 Diário da República. Relativamente ao contrato definitivo entre as entidades
521 envolvidas, Câmara Municipal e Sky Towers, este processo será desenvolvido por
522 mim, pelo Sr. Vice-Presidente Nuno Mota, pelo Sr. Arq. Jorge Jerónimo, pela Sra.
523 Arq. Márcia Carvalho, pela Dra. Margarida Santos, pelo Dr. Paulo Jorge e pelo Dr.
524 Ricardo Daniel, numa fase inicial, estando já convocada uma reunião de trabalho
525 com todos estes intervenientes. Em fase posterior a proposta será apresentada à
526 vereação e à Sky Towers, para concertação e aprovação. Respondendo ao senhor
527 Samuel Carvalho disse que o estaleiro municipal não está há um ano em péssimas
528 condições porque desde sempre que tem péssimas condições. Num período frio do
529 ponto de vista económico demorará mais do que desejam para resolver o problema
530 e está dependente da mudança ou não dos estaleiros para um terreno que estão a
531 pensar adquirir. Têm reuniões programadas reuniões para se concluir este processo
532 tão breve quanto possível. Quanto ao mercado municipal é outra preocupação que
533 vem de há muitos anos. Tem alimentado uma grande esperança na recuperação do
534 espaço o que neste momento depende do programa Aproximar que implicará a
535 instalação de uma loja do cidadão no mercado municipal. Quanto ao canil disse
536 continuar a aguardar informação sobre a possibilidade de avançarem com
537 candidatura conjunta com o Cadaval. Relativamente á intervenção do senhor
538 Ricardo Fernandes disse que na área da saúde estão atentos e têm acompanhado
539 os processos procurando fazer parte das soluções. -----
540 -----A senhora vereadora Norberta Santos considerou que a informação talvez
541 não tivesse chegado a toda a gente mas esteve bem patente nas Juntas de
542 Freguesia, entra do Municipio e no site da autarquia. É pena que as pessoas não
543 leiam os documentos. Informou que o alargamento do horário do atendimento se
544 manterá até dia 27 de Fevereiro unicamente para situações de gripe. Sabe que
545 várias pessoas foram ao centro de saúde com outros assuntos e não foram
546 consultadas. -----
547 -----**PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE AUTORIZAÇÃO PARA**
548 **ASSUNÇÃO DE COMPROMISSO PLURIANUAL:** Foi deliberado por unanimidade
549 e em minuta aprovar a autorização prévia para a assunção de compromisso
550 plurianual para a celebração de um contrato de prestação de serviços para a
551 coordenação das infra-estruturas desportivas do Municipio, pelo período de três
552 anos, com o encargo total previsto de € 54.000, acrescido de IVA à taxa legal em
553 vigor que se distribuirá pelos anos económicos seguintes.-----
554 -----**ELEIÇÃO DO REPRESENTANTE DOS PRESIDENTES DE JUNTA DE**
555 **FREGUESIA NO XXII CONGRESSO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS**
556 **MUNICIPIOS PORTUGUESES:** Foi presente a seguinte proposta do grupo
557 municipal do PSD: “O grupo municipal do PSD propõe como representante dos

ATA N.º 01/2015 – Reunião de 26 de Fevereiro de 2015

558 Presidentes de Junta de Freguesia no XXII Congresso da Associação Nacional de
559 Municípios Portugueses: -----

560 - Efectivo – Presidente da Junta de Freguesia da Roliça;-----

561 - 1.º suplente – Presidente da Junta de Freguesia do Carvalhal; -----

562 - 2.º suplente – Presidente da Junta de Freguesia do Pó.” -----

563 -----Efectuada votação por escrutínio secreto verificou-se o seguinte
564 resultado: 19 votos a favor e 6 votos em branco, pelo que ficou eleita para
565 representa os presidentes de Junta de Freguesia no XXII Congresso da Associação
566 Nacional dos Municípios Portugueses a senhora Presidente da Junta de Freguesia
567 da Roliça. -----

568 -----**PROPOSTA RELATIVA AO TALHÃO DOS BOMBEIROS DO**
569 **CEMITÉRIO DE SÃO BRÁS:** Foi deliberado por unanimidade e em minuta aprovar
570 a seguinte proposta da Câmara Municipal: “Verificando-se que existe um talhão
571 reservado aos Bombeiros Voluntários do Bombarral, no Cemitério Municipal de São
572 Brás e que não existe registos desta situação, a Câmara Municipal do Bombarral em
573 sua reunião de 02.07.2014 deliberou: - A cedência por tempo indeterminado de
574 talhão reservado exclusivamente à inumação de bombeiros pertencentes à
575 corporação de Bombeiros Voluntários do Bombarral. O espaço situa-se no talhão D,
576 com espaço para trinta e cinco sepulturas (planta em anexo); - A cedência da gestão
577 do espaço à Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários do Bombarral
578 (AHBV); - Que a cedência deste espaço implica o integral cumprimento do
579 estipulado nos Regulamentos Municipal do Cemitério, Taxas e Preços e
580 procedimentos administrativos que se encontrem em vigor no Município do
581 Bombarral; - Que todos os pedidos relativos a inumações/trasladação/
582 exumações/abaulamentos/colocação de revestimento, realizados quer por
583 familiares, quer pela AHBV fiquem isentos do pagamento de qualquer taxa, de
584 acordo com o estabelecido no Regulamento de Taxas e Preços do Município de
585 Bombarral, solicitando-se a respectiva autorização à Assembleia Municipal: - Que
586 todos os pedidos de inumação/trasladação/exumação sejam apresentados nos
587 serviços municipais acompanhados de declaração dos Bombeiros Voluntários do
588 Bombarral. Os pedidos de abaulamentos/colocação de revestimento em sepulturas
589 deverão ser efectuados nos serviços municipais pela corporação ou pelos familiares
590 do falecido, acompanhado de declaração da instituição.” -----

591 -----
592 -----Nada mais havendo a tratar, pelas 23:25 horas foi a sessão encerrada e
593 lavrada a presente ata, que depois de lida e achada conforme, será assinada pela
594 Presidente da Mesa e pelos dois Secretários. -----

595
596 O Presidente:

597
598 O 1.º Secretário:

599
600 O 2.º Secretário:

ATA N.º 01/2015 – Reunião de 26 de Fevereiro de 2015

601